

| | |
|---|--|
| <div>Seção XIII</div> <div>Da Gratificação de Permanência em Serviço</div> | |
| <div>Art. 96. Ao Auditor do Estado que adquirir direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e cuja permanência no desempenho de suas funções for julgada conveniente e oportuna para o serviço público poderá ser deferida, por ato do Governador, uma gratificação especial de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico.</div> | |
| <div>Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo, que tem natureza precária e transitória, será deferida por período máximo de 2 (dois) anos, sendo admitidas renovações por igual período, mediante iniciativa da chefia imediata do Auditor do Estado e juízo de conveniência e oportunidade do Governador.</div> | |
| <div>Seção XIX</div> <div>Da Pensão</div> | |
| <div>Art. 97. Aos dependentes do Auditor do Estado que vier a falecer é assegurada pensão na forma da lei.</div> | |

| | |
|---|--|
| <div>CAPÍTULO XIX</div> <div>DAS VANTAGENS NÃO PECUNIÁRIAS</div> | |
| <div>Art. 98. Aos Auditores do Estado são asseguradas as seguintes vantagens não pecuniárias: I - férias; II - licença para tratamento de saúde; III - licença por acidente em serviço; IV - licença à gestante, à adotante e à paternidade; V - licença para concorrer a mandato público eletivo; VI - licença para exercer mandato público eletivo; VII - licença especial para fins de aposentadoria; VIII - licença para o desempenho de mandato classista; IX - licença por motivo de doença em pessoa da família; X - licença-prêmio; XI - licença para tratar de interesses particulares; XII- licença para qualificação profissional; XIII - licença para casamento ou por luto; XIV - licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro; XV - assistência a filho portador de necessidades especiais.</div> | |
| <div>Seção I</div> <div>Das Férias</div> | |
| <div>Art. 99. Os Auditores do Estado gozarão, anualmente, 30 (trinta) dias de fêrias individuais, de acordo com a escala aprovada pelas respectivas chefias.</div> | |
| <div>§ 1.º É facultado o gozo de férias em 2 (dois) períodos, não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos.</div> | |
| <div>§ 2.º Na organização da escala, as chefias conciliarão as exigências do serviço com os interesses dos Auditores do Estado.</div> | |
| <div>§ 3.º As férias dos Auditores do Estado poderão ser interrompidas por necessidade de serviço.</div> | |
| <div>§ 4.º Somente após o primeiro ano de exercício, adquirirão os Auditores do Estado direito a férias.</div> | |
| <div>Art. 100. Ao entrar no gozo de férias e ao reassumir o exercício de seu cargo, o Auditor do Estado comunicará à Chefia.</div> | |
| <div>Parágrafo único. Na comunicação do início das férias, deverá constar o endereço onde poderá ser encontrado.</div> | |

| | |
|---|--|
| <div>Seção II</div> <div>Da Licença para Tratamento de Saúde</div> | |
| <div>Art. 101. A licença para tratamento de saúde será concedida ao Auditor do Estado na forma do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.</div> | |
| <div>Seção III</div> <div>Da Licença por Acidente em Serviço</div> | |
| <div>Art. 102. O Auditor do Estado acidentado em serviço será licenciado com vencimentos integrais, na forma do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.</div> | |
| <div>Seção IV</div> <div>Da Licença à Gestante, à Adotante e à Paternidade</div> | |
| <div>Art. 103. À Auditora do Estado gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da remuneração.</div> | |
| <div>Parágrafo único. No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a Auditora do Estado reassumirá o exercício do cargo, salvo determinação médica em contrário.</div> | |
| <div>Art. 104. À Auditora do Estado adotante será deferida licença a partir da concessão do termo de guarda, ou da adoção, sem prejuízo da remuneração, proporcional à idade do adotado: I - de 0 (zero) a 2 (dois) anos, 180 (cento e oitenta) dias; II - de mais de 2 (dois) até 4 (quatro) anos, 150 (cento e cinquenta) dias; III - de mais de 4 (quatro) até 6 (seis) anos, 120 (cento e vinte) dias; IV - de mais de 6 (seis) anos, desde que menor, 90 (noventa) dias.</div> | |
| <div>Art. 105. Pelo nascimento ou adoção de filho, desde que menor de idade, o Auditor do Estado terá direito à licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.</div> | |

| | |
|---|--|
| <div>Seção V</div> <div>Da Licença para Concorrer a Mandato Público Eletivo e para seu Exercício</div> | |
| <div>Art. 106. O Auditor do Estado que concorrer a mandato público eletivo será licenciado na forma da legislação eleitoral.</div> | |
| <div>Art. 107. Eleito, o Auditor do Estado ficará afastado do exercício do cargo a partir da posse.</div> | |
| <div>Art. 108. Ao Auditor do Estado investido em mandato público eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo; II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de vereador: a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</div> | |
| <div>§ 1.º No caso de afastamento do cargo, o Auditor do Estado continuará contribuindo para o órgão da previdência e assistência do Estado, como se em exercício estivesse, contando o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.</div> | |
| <div>§ 2.º O Auditor do Estado investido em mandato público eletivo não poderá ser removido de ofício para sede diversa daquela onde exerce o mandato.</div> | |
| <div>Seção VI</div> <div>Da Licença Especial para Fins de Aposentadoria</div> | |
| <div>Art. 109. Decorridos 30 (trinta) dias da data em que tiver sido protocolado o requerimento da aposentadoria, o Auditor do Estado será considerado em licença especial remunerada, podendo afastar-se do exercício de suas atividades, salvo se antes tiver sido cientificado do indeferimento do pedido.</div> | |
| <div>§ 1.º O pedido de aposentadoria de que trata este artigo somente será considerado após terem sido averbados todos os tempos computáveis para esse fim.</div> | |
| <div>§ 2.º O período de duração desta licença será considerado como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais.</div> | |
| <div>Seção VII</div> <div>Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista</div> | |
| <div>Art. 110. É assegurado ao Auditor do Estado o direito à licença para o desempenho de mandato classista, com a remuneração do respectivo cargo, sendo considerado de efetivo exercício o afastamento, exceto para efeito de promoção por merecimento.</div> | |
| <div>Parágrafo único. A licença de que trata este artigo será concedida nos casos e termos da lei.</div> | |
| <div>Seção VIII</div> <div>Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família</div> | |
| <div>Art. 111. O Auditor do Estado poderá obter licença por motivo de doença em ascendente, descendente, cônjuge, companheiro, enteado, irmão, menor sob guarda ou tutela e incapaz sob curatela, desde que indispensável sua assistência pessoal e permanente ao enfermo e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.</div> | |
| <div>Art. 112. O Secretário de Estado da Fazenda concederá a licença à vista do laudo de inspeção de saúde expedido pelo órgão estadual competente e das informações prestadas pelo Auditor do Estado.</div> | |
| <div>Art. 113. A licença de que trata o art. 111 será concedida: I - com a remuneração total, até 90 (noventa) dias; II - com 2/3 (dois terços) da remuneração, no período que exceder a 90 (noventa) dias e não ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias; III - com 1/3 (um terço) da remuneração, no período que exceder a 180 (cento e oitenta) dias e não ultrapassar a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; IV - sem remuneração, no período que exceder a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias até o máximo de 730 (setecentos e trinta) dias.</div> | |
| <div>Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, as licenças, pela mesma moléstia, com intervalos inferiores a 30 (trinta) dias, serão consideradas como prorrogação.</div> | |
| <div>Seção IX</div> <div>Da Licença-Prêmio</div> | |
| <div>Art. 114. Ao Auditor do Estado que, por 1 (um) quinquênio ininterrupto, não houver se afastado do exercício de suas funções, é assegurado o direito à concessão de 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, com todas as vantagens do cargo como se nele estivesse em exercício.</div> | |
| <div>§ 1.º O gozo de licença-prêmio será autorizado na forma prevista nesta lei para o gozo de férias.</div> | |
| <div>§ 2.º A licença-prêmio poderá ser gozada no todo ou em parcelas não inferiores a 1 (um) mês.</div> | |
| <div>Seção X</div> <div>Da Licença para Tratar de Interesses Particulares</div> | |
| <div>Art. 115. Após 3 (três) anos de efetivo exercício, o Auditor do Estado poderá obter licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.</div> | |
| <div>§ 1.º A licença não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses, nem ser repetida antes de 2 (dois) anos de seu término ou interrupção na forma do § 3.º.</div> | |
| <div>§ 2.º A licença será negada pelo Secretário de Estado da Fazenda quando inconveniente ao interesse do serviço.</div> | |
| <div>§ 3.º O Auditor do Estado poderá desistir da licença a qualquer tempo.</div> | |
| <div>§ 4.º O Auditor do Estado requerente, salvo motivo de imperiosa necessidade, a juízo do Secretário de Estado da Fazenda, deverá aguardar em exercício a concessão da licença.</div> | |